

Sarney não rompe com Ulysses

O Presidente deverá promover uma reforma ministerial com mudanças no segundo e terceiro escalões do Governo, depois que o plenário da Constituinte tiver decidido a duração de seu mandato, no capítulo das Disposições Transitórias. A reforma terá o objetivo de adequar o Governo à base de sustentação representada pelos constituintes que apoiaram os cinco anos de permanência do atual Presidente.

São os amigos do Presidente que liberaram essa informação. Alguns acreditam (e defendem) na substituição dos ministros mais representativos do PMDB, como Renato Archer, Luís Henrique da Silveira e Celso Furtado; outros garantem que Sarney não tem interesse no afastamento de Ulysses Guimarães, mas em manter o presidente do PMDB próximo do Governo.

Sarney sabe que seu afastamento de Ulysses poderia provocar maior instabilidade política. Ele sabe que o presidente do PMDB já estabeleceu sólidas alianças com os governadores, procurando colocar um dique para evitar a desagregação do partido, com que ameaçam os dissidentes comandados pelo senador Mário Covas.

A futura reforma poderá incorporar ao primeiro escalão do Governo elementos representativos da nova base político-parlamentar, sem que isso represente o sacrifício dos homens mais ligados a Ulysses. O poderoso Ministro da Previdência, aliás, já teve suas asas cortadas por Sarney, des-

de que este colocou na presidência do Inamps o médico José Serrão, pessoa do círculo íntimo do Presidente da República. Sarney simplesmente recusou-se a nomear qualquer um dos três políticos indicados para substituir Êzio Cordeiro na presidência do Inamps.

Discretamente, Renato Archer deu o troco, designando para sua assessoria o competente Êzio Cordeiro, cuja cabeça foi obrigado a entregar a Sarney. A designação de um profissional competente como Êzio para a assessoria do ministro não seria de estranhar se o Presidente e seus amigos não tivessem montado uma verdadeira operação de guerra pelos jornais para justificar sua demissão.

A Constituinte estará definindo o tempo de permanência do atual Presidente no poder dentro de 20 a 25 dias. A expectativa é de que a maioria confirme a decisão já adotada para o texto permanente da nova Constituição. As mesmas forças que se aliaram ao Presidente da República para evitar o parlamentarismo e as eleições presidenciais este ano têm motivo para manter a posição então adotada.

Permanece a preocupação com o explosivo potencial político da crise econômico-financeira, na medida em que ela obriga o Governo a aprofundar certas medidas que reduzem o poder de compra dos assalariados, agravando os problemas sociais.